

Moção de Repúdio do Coletivo dos Fóruns de EJA do Brasil em relação às manifestações violentas e depreciativas a pessoas com orientações sexuais não-heteroafetivas e às identidades de gênero proferidas pelo Ministro da Educação Sr. Milton Ribeiro

O Brasil é o país que lidera o ranking mundial de mortes violentas de pessoas LGBTQI+. *Em 2019, foram 329 mortes, sendo 297 homicídios e 32 suicídios, em 2018, foram 420 mortes e, em 2017, 445 mortes* ¹ oficialmente registrados. As maiores vítimas ainda continuam sendo as travestis e as pessoas transexuais por suas diferentes vulnerabilidades sociais. Além de colocar esse segmento populacional nas estatísticas de mortes, tal fato revela uma população que busca o reconhecimento por parte das autoridades brasileiras com o intuito de enfrentar conjuntamente essa situação de insegurança e que precisa, antes de mais nada, da reciprocidade e do respeito do poder público, banindo de suas estruturas a LGBTfobia estrutural.

No entanto, a proposição do respeito e da reciprocidade não vêm acontecendo, pois tal população tem sido alvo de inúmeros discursos de intolerância e de ódio expressos nacionalmente e que repercutem no cotidiano da sociedade através da reprodução, de forma explícita ou velada, do preconceito, da discriminação e da violência. Diante desse fato, é inadmissível que autoridades públicas como o atual ministro da educação, *Sr. Milton Ribeiro*, prefiram reforçar preconceitos com discursos violentos ao invés de acolher essa população. Sua recente declaração em um jornal de grande circulação sobre o suposto incentivo que educadores/as transgêneros dariam para que seus alunos seguissem esse mesmo caminho da transexualidade não pode ser encarado como algo que não possa acarretar mais violência contra a população LGBTQI+ de forma geral.

Enquanto entidade de defesa da democracia, o ***Coletivo dos Fóruns de EJA do Brasil*** compreende que seja mais que legítima a luta pela garantia de direitos para a superação das desigualdades sociais e a busca pela cultura da paz e por uma sociedade democrática, laica, igualitária e diversa. Uma nação que prega o diálogo como possibilidade e aprimoramento da democratização dos direitos não pode deixar sua população LGBTQI+ permanecer nessas estatísticas e um dos caminhos possíveis a ser construído se faz pelo acesso e permanência à educação básica com práticas pedagógicas inclusivas em que se potencialize e problematize os sujeitos e suas dimensões de gênero e sexualidade.

“Entre os ditos e os não ditos” do que se vem reproduzindo sobre sujeitos LGBTQI+ na escola e do que é negado, silenciado e invisibilizado, historicamente a população LGBTQI+ continua no isolamento social, sofrendo de um discurso que reforça o preconceito às orientações sexuais não-heteroafetivas e às identidades de gênero ao considerá-las como *abjetas*. Assim, não é aceitável que um Ministro da Educação se dirija às pessoas LGBTQI+ como portadoras de patologia e doença ao usar o já superado termo “*homossexualismo*” e que ainda utilize seu poder como representante público para reproduzir preconceitos e discriminações.

¹ Números extraídos dos Relatórios Anuais de Mortes Violentas de LGBT+ no Brasil, organizado pelo Grupo Gay da Bahia (GGB). <https://grupogaydabahia.com.br/relatorios-anuais-de-morte-de-lgbti/>

Perante este cenário, o ***Coletivo dos Fóruns de EJA do Brasil*** vem a público manifestar seu ***REPÚDIO*** ao discurso que expressa ódio e intolerância do Sr. Milton Ribeiro, ato que consideramos serem motivados por sua LGBTfobia. Ao declarar que pessoas LGBTQI+ são provenientes de "famílias desajustadas", o atual ministro da educação enfatiza ainda mais o preconceito e transforma as famílias dos LGBTQI+ em suposta ameaça e perigo para a nação brasileira.

Nesse sentido, é urgente que casos como esse, de subversão e negação da lei, pois motivados por LGBTfobia, sejam enquadrados legalmente por sua especificidade. Por isso, ***requeremos a imediata investigação por crime de homofobia*** e apoiamos a denúncia protocolada pelas entidades *ALIANÇA NACIONAL LGBTI+, ABMLBT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MULHERES LÉSBICAS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS, ABRAFH - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE FAMÍLIAS HOMOTRANSFETIVAS, ASSOCIAÇÃO MÃES PELA DIVERSIDADE, ACONTECE ARTE E POLÍTICA LGBTI+, ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DIVERCIDADES PERIFÉRICAS, ASSOCIAÇÃO DA PARADA DO ORGULHO LGBT DE VINHEDO – BIANCA NIERO, ESPAÇO PARANAENSE DA DIVERSIDADE LGBT, GRUPO DIGNIDADE – PELA CIDADANIA PLENA, GADvS - GRUPO DE ADVOGADOS PELA DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO, UNIÃO NACIONAL DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS – UNALGBT*, representantes da população LGBTQI+ contra o Ministro Milton Ribeiro junto ao Supremo Tribunal Federal, e **requeremos a imediata investigação por crime de homofobia**, tipificado pela decisão Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) 26 e no Mandado de Injunção 4.733 do Supremo Tribunal Federal.

Nossas posições aqui expressas têm respaldo na luta dos Fóruns de EJA do Brasil a partir de documentos construídos coletivamente, durante o XVI Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos, o *ENEJA da Resistência*, realizado na cidade de Belo Horizonte, entre os dias 18 a 22 de setembro de 2019, com o tema *Educação de qualidade social como direito de trabalhadoras e trabalhadores*, onde afirmamos o repúdio às diferentes formas de discriminação contra a população LGBTQI+. Como educadoras e educadores, militantes do direito a uma educação livre de qualquer tipo de preconceito, contra a violência e as desigualdades de gênero, também vimos exigir ***to te REPARAÇÃO PÚBLICA*** do Sr. Milton Ribeiro e nos colocamos em alerta para que esse tipo de discurso não se torne ainda mais natural e passe a legitimar agressões físicas, psíquicas e emocionais na vida de cada um e cada uma das pessoas LGBTQI+ e suas famílias.

Manifestamos ainda que a educação sexual na escola cria oportunidades para que estudantes de todas as modalidades e níveis de ensino compreendam seu corpo e sua relação com o outro de maneira consciente, sem preconceito, garantindo seu direito ao conhecimento e à diversidade.

Muito tem nos ensinado Paulo Freire que para educar precisamos de amorosidade, ética e diálogo, princípios que deveriam ser referência para quem visa ao bem da nação e de todas e todos os brasileiros, em especial dos que ainda continuam sendo vítimas de violência explícita. Entendemos que a escola é lugar de conviver e construir tais princípios através de projetos político-pedagógicos que respeitem e acolham as diferenças, local de construir uma nova sociedade livre de todas as atitudes violentas

causadas por preconceito e discriminação.

Por fim, compreendemos que apenas através da educação, da arte e da cultura poderemos construir um país mais tolerante à diversidade sexual, de gênero, religiosa, de pensamento, política, étnica social e cultural. Um Brasil democrático e popular acima de tudo e a favor de todas e todos.

Brasil, 7 de novembro de 2020

‘Coletivo dos Fóruns de EJA do Brasil